

ATA N.º 4/2025**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2025**

Aos vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dezoito de setembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal;**Ponto 2 – Análise, discussão e votação da Afetação da Parcela de Terreno Privado em Domínio Público Municipal – Rua Nossa Senhora de Fátima, em Ervedosa do Douro;****Ponto 3 - Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – comparticipação financeira à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira para construção de uma Unidade de Cuidados Continuados.**

Na última sessão da presente legislatura, observando-se Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Eduardo Frederico abriu a sessão cumprimentando o Executivo e dirigiu igualmente cumprimentos aos Senhores Membros da Assembleia e aos funcionários que participavam na mesma.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao primeiro-secretário Tiago Silva para proceder à chamada dos Membros da Assembleia. Feita a chamada, verificaram-se as ausências dos Senhores Deputados Carlos Carvalho, Cláudia Martins, João António Fonseca Almeida, Ricardina Aguiar e José Fernando dos Santos. Observou-se, ainda, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, Manuel Jorge Fernandes, se fez substituir pelo Tesoureiro da Junta, Joaquim Pedreiro, e que o Senhor Vice-Presidente estava ausente por se encontrar em missão oficial fora do Concelho, bem como o vereador Vítor Sobral, que havia justificado a ausência por necessidade de assistência parental.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu aos Membros da Assembleia que não iriam participar na Assembleia, por ausência, que fizessem o favor de apresentar as devidas justificações dentro do prazo estabelecido no regimento.

Posteriormente, pediu aos representantes da Autarquia (que foram eleitos para as várias comissões e conselhos municipais) que informassem a Assembleia se houve ou se tinham participado em alguma reunião, bem como temas tratados e assuntos discutidos.

Não havendo informações a prestar, passou-se ao

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da ata 3/2025, de 30 de junho, uma vez que a mesma tinha sido enviada a todos os Membros da Assembleia. Havendo concordância na dispensa da leitura da Ata, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ata à apreciação dos Membros da Assembleia, tendo aberto o período de inscrições para eventuais propostas de alteração ou de correção. Não tendo havido inscrições relativamente à Ata, colocou a mesma à votação da Assembleia,

tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Deputados Kátia Reis, João Carlos Cardoso e Maria de Lourdes, que não haviam estado presentes na última Assembleia.

Como se tratava da última Assembleia da legislatura, o Senhor Presidente da Assembleia aproveitou para fazer um breve resumo sobre os trabalhos ao longo dos últimos quatro anos, frisando que foram discutidas e aprovadas importantes decisões para o Concelho e para a População que nele reside, destacando os investimentos submetidos pelo Executivo e os Protocolos de carácter social e cultural, bem como as Moções de defesa dos agricultores durienses. Aproveitou para agradecer a todos os Membros da Assembleia que, com a sua contribuição e intervenção, haviam colocado o seu pensamento em prol da comunidade e reforçaram a vivência em Democracia. Destacou os colegas que tão bem o haviam secretariado, bem como os funcionários que sempre apoiaram a realização das Assembleias. Dirigiu uma palavra final ao Executivo Camarário, que em muito havia contribuído também para o debate de ideias e apresentação de propostas de progresso para o Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia permitiu também que a Senhora Deputada Maria de Lourdes fizesse uma intervenção, a qual tomou a palavra e explicou a ausência às últimas assembleias em virtude de ter sofrido um AVC, agradeceu a todos a salutar convivência democrática e confronto de ideias nas Assembleias, e referiu que ficou sensibilizada quando ao ler a Ata reparou que lhe haviam dirigido palavras elogiosas pela sua postura de dizer abertamente o que pensava, realçando que se esforçou sempre por trabalhar, ser uma pessoa consentânea em agir de acordo com o que pensava, de forma divertida, democrata, humana, altruísta, tendo dito que iria sempre acompanhar a Política, em especial no que concerne ao Concelho, pese embora deixasse a participação ativa na Política, por motivos de saúde. Aproveitou para pedir a todos que nos mandatos vindouros servissem de forma livre e com compromisso a Democracia e a Comunidade, com princípios assentes nos valores de Abril.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para que os Deputados se pudessem inscrever para intervir sobre

Assuntos de Interesse para o Município

Inscreveram-se os Senhor Deputados Frederico Selores, Teófilo Anjos, António Balça, Lourdes Marinho e Marcolina Sequeira.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado municipal Frederico Selores. Este, por seu turno, quis registar uma palavra de apreço por todos, tendo dito que foi uma honra partilhar a casa da democracia com todos, ainda que, por vezes, com discordância de opiniões, mas sempre com respeito! Destacou, ainda, a postura e elevação do Senhor Presidente da Assembleia que, nos dizeres do mesmo, “tornou as Assembleias mais sérias, mais corretas, geriu a Assembleia de uma forma elevada e serena”, tendo concluído que, para além da política, havia reforçado laços de amizade com todos.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado municipal Teófilo Anjos. No uso da palavra, o Senhor Deputado também destacou o trabalho de todos os Deputados nas Assembleias, tendo desejado que os vindouros façam também o melhor que puderem e souberem... Destacou o período difícil dos incêndios que assolaram o Concelho, tendo realçado a coragem, bravura e prontidão, quer dos Bombeiros de todo o Concelho, quer do Executivo, que esteve no terreno, no teatro das operações, auxiliando e minorando a aflição dos populares, notando que os cidadãos foram autênticos heróis, guerreiros, com sentimento de grande humanidade e entreaajuda.

Terminou a sua intervenção aludindo à remarcação das passadeiras, que estava a decorrer e era assunto que urgia, pois já não se notava onde é que se podia atravessar com segurança, tendo dito que também essas pequenas coisas, simples, se revestem de grande importância para a segurança e vida das pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu de seguida a palavra ao deputado municipal António Balça. No uso da palavra o Senhor Deputado cumprimentou os presentes e disse sentir um orgulho enorme por ter feito parte da Assembleia, local onde se aprovaram ou desaprovaram as Propostas do Executivo, às vezes com discussões mais acesas de alguns Deputados, mas sendo tudo parte saudável do confronto de ideias em Democracia. Realçou o trabalho do edil municipal, na pessoa do Presidente Manuel Cordeiro, tendo dito que “não espera que as coisas aconteçam, mas antes faz o seu trabalho”, tendo desejado que se cumpram nos próximos quatro anos os investimentos públicos já anunciados, sem que se esqueçam as Obras nas Freguesias.

A talho de foice, o deputado municipal António Balça venceu um tema a que já havia feito alusão em outras ocasiões, tendo dito que se iria bater para que, no próximo mandato, se conseguisse obter uma Denominação de Origem para o Azeite do Concelho.

Terminou a sua intervenção desejando que o dia de eleições decorresse com normalidade e terminasse em Festa, com obtenção de bons resultados democráticos. Desejou felicidades à colega Senhora Deputada Maria de Lourdes, destacando o seu pensamento e intervenção que, na sua opinião, iriam fazer falta nas futuras sessões de Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu então a palavra à deputada municipal Lourdes Marinho. Esta focou o tema dos incêndios, lembrando que já haviam ardido mais de 240.000 hectares (que exigiram um esforço hercúleo das pessoas, bombeiros e executivo camarário) que assolaram o Concelho – lembrando que o cenário de terra queimada aparece aliado ao negócio de interesses como sejam minas de lítio, madeiras para lenha e móveis, etc., tendo lamentado que não se tivesse aprendido nada com o infortúnio dos incêndios de 2017, vincando que deveria ter existido mais consonância entre Proteção Civil e Bombeiros – e a Crise no Douro, que continua a afetar a vida dos Agricultores e que imporá forçosamente uma readaptação aos novos e difíceis tempos.

Mudando de tema, a Senhora Deputada Maria de Lourdes desejou que as eleições agendadas para doze de outubro decorressem sem sobressaltos e fossem disputadas em termos de elevada participação, de modo a que o resultado obtido viesse a ter mais aceitação, traduzido num poder local forte, tendo aproveitado também a ocasião para fazer uma “radiografia política” ao panorama autárquico do País (aludindo a Presidentes de Câmara em final de Mandato, resultados eleitorais esperados, situação de Partidos Políticos, condicionados por resultados e problemas sociais, de habitação, violência, etc., bem como por interferências de conjunturas internacionais, abrandamento de euforia económica, etc.) tendo realçado que Portugal é formado por Municípios e que são precisamente esses, o Poder Local, que terão que começar por dar o exemplo e pensar em ir resolvendo localmente os problemas da sociedade civil.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à deputada municipal Marcolina Sequeira. No uso da palavra, cumprimentou todos, tendo referido que foi com imenso gosto que participou (enquanto cidadã ativa e interventiva também no dia-a-dia da Sociedade) tendo procurado ser responsável nos trabalhos das Assembleias. Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia pelo exercício democrático e pela forma isenta como dirigiu os trabalhos, tendo tratado com elevação e de forma igual todos os que participaram

nas Sessões. Por último, deixou uma palavra de agradecimento e apreço à Senhora Deputada e Professora Maria de Lourdes, com quem trabalhou enquanto Presidente da CPCJ, lembrando que havia sido sempre uma Mulher de causas, determinada e defensora das suas convicções, tendo desempenhado os cargos com afinco e trabalho, frontalidade e empenho, agradecendo-lhe também a participação e intervenções que fez nas Assembleias Municipais.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do dia.

Período da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, de modo que este pudesse responder às interpelações anteriores e fazer um resumo dos Pontos da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por agradecer a participação e trabalho de todos nas Assembleias, tendo realçado que todos procuraram cumprir a Missão do Mandato em defesa das pessoas e do Concelho, retribuindo assim a confiança dos eleitores. Realçou que algumas discussões são parte dessa dedicação mais “acalorada” no momento, faz parte do trabalho e da vida e faz-nos crescer, mas frisou que, fora de portas, todos souberam continuar a ser amigos.

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro informou que o Senhor Vice-Presidente o tinha ido substituir, em representação da Câmara, na assinatura de um Protocolo com o ICNF, exatamente tendo em vista a preparação do futuro no que respeita à questão dos incêndios, tendo aproveitado também para agradecer à População e Bombeiros todo o empenho que colocaram no combate aos incêndios. Frisou o trabalho incansável dos Bombeiros, que trabalharam dia e noite, condicionados em autonomia de ação porque dependiam de ordens superiores, com poucos efetivos, tendo valido a ajuda corajosa e valente da População, assim como a prévia preparação da População e do Comando, assim que houve a perceção de que o incêndio acabaria por vir assolar o Concelho. Lembrou, ainda, o Protocolo de Colaboração com os Bombeiros Voluntários que a Assembleia tinha aprovado, em tempos, deixando registado esse “Agradecimento” que foi efetivado quando se aprovou o Regulamento de apoio às Corporações, lembrando que, de facto, mais do que agradecer com palavras é preciso ir demonstrando isso com factos.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro prosseguiu a sua intervenção aludindo ao Passeio Sénior, que decorreu em Braga, tendo juntado 1100 pessoas, bem como aludindo aos Passeios (Ferradosa, às Caves, o Passeio de Barco no Rio) que a população sénior havia feito no âmbito dos projetos RADAR SOCIAL e MAIS.

Mudando de tema, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro lembrou a notícia que dava conta de que São João da Pesqueira tinha sido o segundo Concelho, a nível nacional, a ter aumentado o número de estudantes. Segundo a análise do mesmo, isso é fruto do nascimento de mais crianças, mas também resultado de existir no Concelho Ensino Profissional, tendo-se verificado, de facto, um aumento geral de alunos, sinal de que se está a trabalhar bem, a proporcionar melhores condições de vida e de aumento de escolaridade, quando, controversamente, os Concelhos do interior do País estão a perder população.

Relativamente às Obras (novo Centro Cultural, o Fórum, Loja do Cidadão), o Presidente do Executivo informou que estavam a decorrer a bom ritmo, tendo informado que haviam lançado um “upgrade” para o Cineteatro, bem como Obras para a Rua Direita e Praça de Santa Maria. Informou, ainda, que também haviam sido lançadas algumas construções e

reconstruções de habitações, no âmbito da estratégia local de habitação. Relativamente a Obras, concluiu com o assunto da requalificação e alargamento EN222 Pesqueira – Bateiras. Informou que a Obra já foi adjudicada: “a obra já está contratada. O contrato está assinado e foi para visto do tribunal de contas (como todas têm de ir) e o visto já foi emitido. Portanto, agora, é fazer a consignação da obra no terreno e o início será em meados de novembro”.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro terminou a sua intervenção desejando as melhoras e votos de muita saúde à Senhora Deputada Maria de Lourdes e marido, tendo agradecido a sua Participação Cívica e Política.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou, de imediato, ao **Ponto 1 da Ordem do Dia - Apreciação da Atividade Municipal**

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Município para que este pudesse fazer uma breve resenha acerca da Atividade Municipal.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por referir que toda a Atividade Municipal refletia a intensidade do trabalho que tem vindo a ser feito, com foco no bem-estar das pessoas do Concelho, tendo dado enfoque especial ao total de dívidas a fornecedores, que tem vindo sempre a baixar, situando-se a dívida da Câmara Municipal, à data, em 6.115.898,09 €.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o Período de Inscrições para os Deputados que se desejassem inscrever e intervir acerca do Ponto sobre a **Atividade Municipal**.

Não havendo inscrições, passou-se, de imediato, ao **Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Afetação de Parcela de Terreno Privado em Domínio Público Municipal – Rua Nossa Senhora de Fátima, em Ervedosa do Douro**.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste Ponto da Ordem de Trabalhos. O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por explicar que já em tempos havia sido discutida e votada uma situação semelhante, sita no lugar do Pendão. Portanto, no fundo, tratava-se de uma cedência para o domínio público (de uma parte) para fazer ali uma variante, possibilitando que as casas tenham acesso pela parte de baixo, sendo uma reivindicação dos proprietários e uma insistência do Presidente da Junta. Assim, havia-se identificado os Artigos e os Proprietários, de modo a propor à Assembleia a desafetação e a cedência de parte do Terreno, de modo a permitir que as casas tenham outro acesso, sendo que, inclusivamente, o saneamento até já é feito por aquele local.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Ponto à aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia continuou os trabalhos e passou-se, de imediato, ao **Ponto 3 - Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – comparticipação financeira à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira para construção de uma Unidade de Cuidados Continuados**.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste Ponto da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por esclarecer que se tratava de encargos plurianuais por quinze anos, à semelhança do que já se fizera com outras IPSS's, nas novas construções ou ampliações, em que o Município paga 34% da parte não comparticipada. Assim, procedeu-se de igual modo para a Obra da Misericórdia (para o valor previsto), de acordo com o Orçamento. Havia sido discutida e votada a comparticipação, também de acordo com o financiamento do PRR, na ordem de pouco mais de um milhão de euros, tendo ficado decidido, por votação, que o Município pagaria os 34%, em Prestações de igual valor, ao longo dos anos, e à medida que fossem apresentadas as Faturas da concretização da Obra. Prosseguiu, dizendo que, entretanto, a Santa Casa da Misericórdia lançou o Concurso, mas este acabou por ficar "deserto". Pese embora o prazo ter sido prorrogado, perceberam que, para a Obra avançar, tinham de aumentar o valor do Orçamento. Assim, vinham agora pedir que a Câmara comparticipasse um pouco mais do que os 34% previstos para os cerca de um milhão e quinhentos mil euros. Portanto, a Obra era de dois milhões e setecentos. Tinha financiamento de um milhão e duzentos; ficaria um milhão e meio de euros a cargo da Santa Casa da Misericórdia e a Câmara pagaria os 34% do valor não participado. No entanto, agora, estima-se que a obra ronde os quatro milhões (continuam a ter um milhão e quinhentos mil de financiamento), mas estão em falta cerca de dois milhões e oitocentos mil euros. Assim, explicou, a comparticipação mantém-se nos 34%, mas com valor não participado mais elevado! Explicou o que estava em causa: importava discutir e, após votação e aprovação, o Município teria a pagar 34% da percentagem não participada, de cerca de cinco mil euros por mês, durante quinze anos.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Inscreveram-se os Senhores Deputados Joaquim Carvalho, Maria de Lurdes Costa e Tiago Silva.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Carvalho. No uso da palavra, este classificou a Obra como essencial para o Concelho, mas estranhou o valor tão elevado da Obra, sendo que a mesma será construída no já edificado (já existente) sita na parte de trás do Edifício do Centro de Saúde.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Senhora Deputada Lourdes Marinho. Esta, por seu turno, corroborou da opinião do seu antecessor, achando o custo do Orçamento da Obra exagerado. Inclusive, mencionou que o Projeto havia sido elaborado e aprovado com a ajuda da Câmara Municipal, tanto mais que o Edifício já se encontra edificado, sendo apenas necessário proceder a Obras e algumas alterações. Na sua opinião não se justificava dobrar o valor do Orçamento, tendo dito que a Câmara deveria ter parcimónia em dar a todas as Associações e/ou IPSS's o valor equivalente. Considerou, ainda, que, além da ajuda do PRR, a Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira poderia e deveria contar com a ajuda da Santa Casa (a nível nacional). Considerou o apoio "um peso muito grande para as Contas do Município", ressaltando que, se já antes colocava "reservas" aquando do Projeto na ordem dos dois milhões de euros, tanto mais as colocava agora, quando vê ser apresentado um valor do dobro do previsto inicialmente.

O Senhor Presidente do Executivo pediu permissão para interromper e intervir, de modo a clarificar alguns aspetos, tendo-lhe sido concedido o uso da palavra por parte do Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por frisar que a Obra em questão não é da Câmara, mas antes de uma IPSS. Depois, alertou que não se estava a privilegiar essa

IPSS em detrimento de Outras, até porque os Protocolos assinados eram aprovados na Assembleia e todas as IPSS que fizeram Obras e que pediram financiamento, levaram exatamente a mesma coisa: 34% do valor não participado. Lembrou, ainda, que em situações anteriores, aquando das Obras da IPSS de Ervedosa do Douro e Riodades, também houve alterações com ligeiros aumentos e o assunto voltou novamente à Assembleia para se discutir e aprovar uma Adenda para se aumentar o valor! Neste caso específico, o Concurso havia sido lançado e ficou “deserto” e chamaram-se, novamente, os Projetistas, tendo-se chegado à conclusão de que, devido à escassez de mão-de-obra, inflação, etc., ninguém faria a Obra por menos de quatro milhões de euros... Lembrou que havia sido a Senhora Ministra da Saúde a determinar que se usasse aquele espaço, sendo que o mesmo precisa de demolições e ampliações, esclareceu que a comparticipação do PRR é por cama, etc., remetendo a decisão da discussão e aprovação (ou não) para a Assembleia, porque o Executivo não podia decidir sim, ou não, sem levar o assunto à Assembleia, até porque estariam (aí sim) a tratar de forma diferente uma IPSS comparativamente com o que aconteceu com outras.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu para intervir, dada a experiência profissional em Obras Públicas. Usou da palavra, tendo dito que os tempos são complicados porque se define um Preço Base para uma Obra, mas os Empreiteiros, depois, também devido à pouca concorrência, “comandam”, fazem contas, querem ter as suas “margens de lucro” e salvaguardar algumas incertezas das Obras, de modo a cobrir potenciais defeitos dos projetos ou das incertezas que vão encontrar no terreno. Ora, assim sendo, segundo o mesmo, “as empresas públicas não têm muita alternativa senão subir o preço base para conseguir tentar arranjar algum empreiteiro que agarre esse preço base e consiga fazer a obra”.

Prosseguiu, clarificando que a diferença era de 340 mil euros em termos de comparticipação da Câmara. Ou seja, em vez de um milhão e vinte mil passaria para um milhão trezentos e sessenta mil euros, sendo esse o limite a aprovar, ou não. Realçou que, depois, caso haja trabalhos a mais e derrapagens, a responsabilidade já não era da Assembleia, nem da Câmara, porque estará aprovado o limite máximo de 1.360.000 de euros de Comparticipação da Câmara Municipal para o investimento da Santa Casa da Misericórdia para os Cuidados Continuados.

O Senhor Presidente do Executivo pediu permissão para intervir novamente. Tendo-lhe sido concedida a palavra, começou por dar o exemplo do que aconteceu com a Obra dos Bombeiros, que também sentiram dificuldades em arranjar Empreiteiro: “estamos tão limitados com o tempo no que concerne ao PRR, prazos de execução até meados do próximo ano, falta de pessoal, falta de empresas e, portanto, a Obra foi lançada, segundo o Aviso por três milhões de euros sem Iva”, e prosseguiu dando exemplos de outras Obras com dificuldades idênticas: “Parque Desportivo, os Projetistas orçaram aquilo em seiscentos e tal mil euros, foi a três Concursos (o primeiro ficou “deserto”), o Segundo setecentos e tal mil euros também ficou “deserto” e só se adjudicou com Proposta de quase um milhão de euros; Escola Profissional lançou recentemente um Concurso, que também ficou “deserto” e teve que aumentar mais dois milhões; Protocolo, por exemplo, dos Bombeiros Voluntários de Ervedosa e da Pesqueira: Pesqueira, vai ser para fazer, também já iniciaram a Obra, mas na próxima Assembleia que fizermos teremos de trazer também aqui o Protocolo de Apoio às Obras que os Bombeiros estão a fazer aqui na Pesqueira também para aumentar proporcionalmente no mesmo valor de 34%”, concluiu.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Silva.

No uso da palavra, e indo de encontro á perplexidade da alteração do valor do Orçamento da Obra para o dobro, tal como havia já referido o Senhor Deputado Joaquim Carvalho, o Senhor Deputado Tiago Silva começou por referir que os Orçamentistas ou estão alheados dos Preços praticados no Mercado, ou se enganaram antes a fazer as contas, ou estão a empolar (agora) para o dobro o custo da Obra! Alertou que seria preciso rever, no futuro, o Protocolo e a comparticipação a atribuir às IPSS's, sugerindo que o valor a pagar pela Câmara Municipal deverá ser de X % na parte não comparticipada, financiando até ao valor de um teto máximo a definir, de modo a não se correr o risco de apoiar IPSS's, comparticipando desigualmente 34%, porque essa percentagem não é igual se o valor do Projeto for de meio milhão ou de um milhão, por exemplo.

Relativamente à frequência com que os Concursos ficam “desertos” e ter que se aumentar os valores dos Preços Base, o senhor Deputado Tiago Silva considerou ser uma “má prática” de atuação, até porque assim estava-se a “premiar e incentivar” que os Concursos fiquem “desertos”, pois os Empreiteiros sabem, à partida, que irá ser lançado (à posteriori) novo Concurso, por preço superior e já nem concorrem... porque – conforme se tem constatado – arranja-se sempre uma forma da Instituição ser compensada, porque a Câmara comparticipa na mesma proporção dos 34% do valor acima.

Na prossecução do seu raciocínio, o Senhor Deputado Tiago Silva disse ser da opinião de que, neste caso, a Câmara Municipal deveria manter o apoio previsto, que já tinha sido deliberado pela Assembleia, até porque, se por um lado se estava a falar de uma Instituição, também de uma Preocupação Social, por outro lado também se estava a equacionar aumentar comparticipações e aumentar dívida a quinze anos, sendo que o Município tem dívidas à Banca (não tem superavit) e, quer o Executivo, quer os Membros da Assembleia também tinham que ter a preocupação do Município ir baixando a dívida e ter rigor nas contas, para além de que, fazendo prática corrente desta forma de apoiar e gerir, mais exemplos se seguiriam num futuro próximo, em que a Assembleia teria que rever aumentos de comparticipações, já anteriormente votadas e decididas. Além do mais, frisou que a sorte é os juros estarem baixos, porque ter diversos financiamentos na Banca com prazos de quinze anos representa também um enorme encargo de juros em financiamentos obtidos! Assim, em consonância com a sua intervenção, apelou a que os Membros da Assembleia se pautassem por aquilo que já havia sido aprovado antes, de forma consciente.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, para que pudesse responder à intervenções e interpelações anteriores.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro disse perceber e comungar das preocupações, mas sublinhou tratar-se de Concurso Público e disse jamais querer acreditar que Empresas a concorrerem a nível internacional deixem de o fazer só para provocar que o Concurso fique “deserto”, de modo a que a Obra fique mais cara, até porque há outras Empresas a concorrer e pode ser apetecível o valor base e, depois, perdem tudo... Voltou a reforçar a ideia de que o aumento de Preço das Obras tem a ver diretamente com falta de pessoal, tem a ver com falta de empresas, tem a ver com períodos curtos de execução.

Mais, o Presidente do Executivo considerou “as preocupações legítimas, mas lembrou que o Município tinha capacidade de endividamento como nunca teve, tem folga, tem baixado a dívida, tem lançado todas essas obras que conhecem (inclusivamente, agora, com o novo quadro) e está com uma dívida de seis milhões de euros, quando tinha oito milhões de euros e tem a maior capacidade de investimento de sempre”. Concluiu, dizendo que financeiramente a Câmara estava bem e que tomara poder apostar mais milhões em IPSS's, em Unidades de Cuidados Continuados e em Atividades em prol da população e

da Comunidade, clarificando, contudo, que o norteia sempre a preocupação das Instituições terem sustentabilidade.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. O mesmo foi aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Deputados Tiago Silva e Lourdes Marinho.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2 e 3 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 15 horas e 42 minutos, agradecendo a presença de todos e fazendo votos que a próxima legislatura permita a livre discussão de ideias e a apresentação de propostas que façam progredir o Concelho.

Relembrou, ainda, que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário

O 2.º Secretário


